

MECANISMOS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA E FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS EM ÁREA DE FRONTEIRA: CAMPINAS, 1795-1850.

Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa
Unesp/dep. economia/câmpus Araraquara

FAMILIES FORMATION AND WEALTH DISTRIBUTION IN FRONTIER LAND: CAMPINAS, SÃO PAULO, 1795-1850.

Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa
Unesp/ dep. economia/câmpus Araraquara

Abstract: The aim of this paper is to demonstrate that families have developed different strategies breaking legal constraints about inheritance. The development cycle of the families, the life cycle of its members, the enrichment, and the open frontier were the principals elements that families operated in order to have anticipated the increasing transferences of the part of their wealth. Campinas, province of São Paulo is the geographical context studied from 1795 till 1850, during the growth of the plantations units. The sources are post-mortem inventories, estates records and census (maços de população). The methodologies used are aggregated data and life history.

MECANISMOS DE REDISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA E FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS EM ÁREA DE FRONTEIRA: CAMPINAS, 1795-1850.

Dora Isabel Paiva da Costa ¹

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar que as famílias proprietárias de Campinas, São Paulo, desenvolveram estratégias no sentido de romper com a camisa de força da legislação de heranças. O desenvolvimento do ciclo de vida das famílias, o ciclo de vida de seus membros, o enriquecimento e a fronteira aberta a oeste foram os principais fatores que possibilitaram o crescimento das antecipações das transmissões de bens intergerações, num período de constituição de unidades agrário exportadoras. As fontes utilizadas são os inventários post-mortem, os registros de terras, e os maços de população. A metodologia combina técnicas agregativa e de trajetória de vida.

Os estudiosos sobre herança têm enfatizado as meações, os dotes, as terças e as legítimas como os mecanismos que possibilitaram a transmissão de bens no grupo social das famílias proprietárias no Brasil colonial.² O objetivo deste artigo é inserir uma análise voltada para a perspectiva histórica cuja finalidade é analisar como aquelas famílias reagiram às transformações da estrutura econômica e social. Em outras palavras, investigaremos as mudanças comportamentais das famílias proprietárias que deixaram inventários em relação ao problema da transmissão de bens na fase de constituição de uma sociedade agrária e exportadora em Campinas, São Paulo.

Demonstraremos como o enriquecimento possibilitou o aumento proporcional das transferências de riqueza entre as gerações através de um mecanismo até então não examinado pelos estudiosos do tema: as antecipações. Em seguida, demonstraremos que tal enriquecimento associado ao ciclo de desenvolvimento da família, ao ciclo de vida dos indivíduos, e à presença da fronteira aberta a oeste, possibilitou um papel fundamental no sentido de romper com a camisa de força que a legislação impunha, flexibilizando o acesso antecipado à herança.

As famílias serão examinadas a partir de níveis de fortunas, posse de escravos, situação patrimonial entre gerações, freqüência de atitudes diferenciadas inter-geracionais e da composição dos bens recebidos nas antecipações dos filhos varões e genros à luz do problema da transmissão de bens. Para tanto dividimos este artigo em três seções. Na primeira exploramos as potencialidades da documentação compulsada, onde desenvolvemos uma apreciação dos perfis da documentação, dos métodos sistemáticos de coleta, e da representatividade das fontes. Na segunda, demonstraremos que o processo simultâneo de enriquecimento e redistribuição da riqueza dos segmentos sociais proprietários eram partes constitutivas de um mesmo processo de complexificação e diferenciação social que o incremento e a dinâmica da agricultura mercantil proporcionou em relação à formação de famílias detentoras de fortunas, e que estas desenvolveram estratégias diferenciadas através do ciclo de desenvolvimento da família e de seus membros no momento de transmissão dos bens às

¹ Este artigo é parte de sua tese de doutoramento intitulada *Herança e Ciclo de Vida: Um estudo sobre Família e População em Campinas, São Paulo, 1765-1850*. Niterói, UFF, 1997. Atualmente é professora assistente doutora do departamento de economia na UNESP, câmpus Araraquara.

² Cf. Muriel Nazzari, *The Disappearance of the Dowry: Women, Families, and Social Change in São Paulo, 1600-1900*. Stanford, Stanford California Press, 1991; Alida C. Metcalf, "Fathers and Sons: The Politics of Inheritance in a Colonial Brazilian Township", *Hispanic American Historical Review*, v. 66, n. 3, p. 455-484, 1986; Bacellar, Carlos *Família, Herança e Poder em São Paulo: 1765-1855*, in *Estudos CEDHAL* 7, 1991; Maria Luíza Marcílio, *Caiçara: Terra e População*, São Paulo, CEDHAL/Paulinas, 1986; e Sheila Siqueira de Castro Faria, *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, século XVIII)*. Niterói, IFCH/UFF, 1994.

gerações mais novas. Na última seção descreveremos como o desenvolvimento do ciclo familiar associado ao ciclo de vida dos indivíduos membros dos grupos familiares possibilitou a transferência antecipada da riqueza entre as gerações.

Metodologia e representatividade da documentação

Lançamos mão de uma amostragem temporal de inventários, cuja coleta se deu através de um levantamento quinquenal, de todos os processos referentes ao último ano dos lustros 1795, 1800, 1805, 1810, 1815, 1820, 1825, 1830, 1835, 1840, 1845, e 1850, totalizando uma amostra de 79 inventários, para o período de 55 anos (1795-50). Os inventários transcritos estão no

arquivo do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas e se referem aos cartórios de 1o. e 2o. ofícios da comarca de Campinas.

O trabalho de coleta de dados em documentos seriados, às vezes, apresenta algumas dificuldades para o pesquisador, uma vez que os instrumentos arquivísticos de pesquisa amiúde apresentam algumas discrepâncias.³ Tentando solucionar a bom termo estas dificuldades atinentes não só ao âmbito arquivístico *tout court*, mas também ao historiográfico, coletamos o maior número possível e buscamos checar através de certos controles estatísticos e históricos-comparativos a representatividade do conjunto da fonte e as limitações de sua utilização. Com este objetivo elaboramos uma tabela que segue para que o leitor possa ter uma imagem mais precisa e rigorosa de possíveis problemas advindos das opções metodológicas.

A tabela 1 que segue resume a frequência dos inventários *post-mortem* levantados. A coluna (A) identifica a quantidade total de inventários levantada através da amostragem temporal; a coluna (B) expressa a quantidade total de inventários existentes para a comarca de Campinas no ano referido⁴; a coluna (A/B) representa o número percentual que traduz a representatividade dos inventários levantados em relação ao conjunto total de inventários existentes; a quantidade de famílias ou domicílios está na coluna (C);⁵ a quantidade proporcional de inventários deixados por família no ano referido está na coluna (A/C); a quantidade da população livre (D), e a quantidade de óbitos de pessoas adultas⁶ (E), aparecem num algarismo que representa a proporção de óbitos de adultos e velhos no conjunto da população livre (E/D); e por fim, a proporção de pessoas adultas e velhas falecidas que tiveram a possibilidade de deixar alguma riqueza para ser inventariada (A/E).

³ É o caso dos inventários de Margarida Correa Alvarenga, processo no. 392, caixa 13, e Manuel Pereira Tangerino, processo 393, caixa 13, ambos do ano de 1815. É o caso por exemplo de dois processos que ficaram de fora; eram duas capas de inventários sem sua respectiva continuidade; no entanto, na listagem arquivística estes aparecem como processos reais e concretos. Outras vezes, o ano listado no instrumento de arquivo não correspondia à indicação, outras vezes ainda, o documento aparece listado como inventário, sendo de fato, apenas uma parte constitutiva de um processo de inventário, ou, o nome do inventariante aparece arrolado como inventariado. Conseqüentemente, a quantidade total desta documentação está um pouquinho superestimada.

⁴ Como já nos referimos anteriormente, muitas vezes o que aparece como inventário nos instrumentos arquivísticos de pesquisa do Centro de Memória não se trata exatamente de um inventário, e sim, de prestação de contas, ou listagem de dívidas passivas que deveriam se juntar ao processo de inventário que estava em curso à época.

⁵ Este índice se refere às unidades domésticas de pessoas livres.

⁶ O escrutínio dos óbitos das pessoas adultas e velhas correspondeu a faixa etária a partir de 30 anos. Optamos por esta idade porque o estudo de Carlos A. P. Bacellar, "Família, Herança e Poder em São Paulo: 1765-1855", *Estudos CEDHAL*, n.7, São Paulo, 1991, p. 21, aponta a idade média ao casar dos homens em 27,7, e das mulheres, 19,0 anos; como também os estudos de Ana Sílvia V. Scott, *A Dinâmica da Família Paulista: 1765-1836*. tese de mestrado, FFLCH/USP, 1987; e Maria Sílvia C. B. Bassanezi, "Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro", in *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, ABEP, 1994.

Tabela 1 - Frequência de inventários *post-mortem*, quantidade da população, de famílias e de óbitos

Anos coletados	Quant. de inv. coletados (A)	Quant. total de inv. existentes (B)	% de inv. Coletados (A/B)	Quant. de famílias (C)	(%) A/C	Pop. livre (D)	Núm. óbitos (E)	(%) (E/D)	(%) (A/E)
1795	1	1	100	368	0,3	1.756	25	1,4	4,0
1800	2	2	100	387	0,5	1.756	25	1,4	8,0
1805	3	3	100	502	0,6	2.964	29	1,0	10,3
1810	1	1	100	609	0,2	3.420	42	1,2	2,4
1815	7	9	77,7	720	1,2	3.546	49	1,4	14,3
1820	5	5	100	722	0,7	3.644	73	2,0	6,8
1825	16	16	100	831	1,9	3.914	71	1,8	22,5
1830	5	5	100	939	0,5	4.220			
1835	2	2	100						
1840	3	3	100						
1845	16	16	100						
1850	18	18	100						
Totais	79	81							
Médias			97,5		0,74			1,46	9,7

Fontes: Inventários post-mortem, amostragem temporal, mapas de mortes das listas de habitantes; Peter Eisenberg, “O Surto do Açúcar e o Tamanho do Fogo, Campinas, S. Paulo: 1767-1829”, *Homens Esquecidos*, p. 328; idem, “Açúcar e Mudança Social no Brasil: Campinas, São Paulo, 1767-1830”, *op. cit.*, p. 358. Metodologia : Para calcular a população livre subtraímos a população total (escrava e livre) da população escrava (Cf. idem, *ibidem*, p. 328, 358). Quando não havia indicação da população para o ano focalizado, somamos a quantidade indicada no ano anterior mais a quantidade do ano posterior e dividimos por dois. Com isto conseguimos uma média simples do provável crescimento populacional. É óbvio que se trata de uma estimativa aproximada. Reproduzimos a quantidade de mortes dos anos 1819 e 1824 para os anos 1820 e 1825, por inexistir mapas de mortes para estes últimos anos. Os anos de 1800 e 1824 apresentam a quantidade de falecimentos sem discriminar a idade. Para padronizar o critério aplicado para os outros anos, decidimos calcular a taxa de população adulta e velha para os anos que apresentaram discriminação etária e aplicamos a média dos índices para os anos em foco. Reproduzimos para o ano de 1795 e 1800 o mesmo número de óbitos e de população livre do ano 1800.

A tabela acima sintetiza os procedimentos metodológicos e técnicos deste artigo. Os 79 inventários levantados ao longo dos 55 anos foram coletados a partir de um intervalo de tempo de 5 anos que possibilitar-nos-á atingir um dos objetivos fundamentais que é discutir a problemática das mudanças sociais e da formação das famílias que deixaram espólios, num contexto de transformação de unidades produtoras de alimentos em direção à agro-exportação.

A inexistência no Brasil dos contratos de casamentos presentes nas sociedades européias do *Ancien Régime* impõe ao historiador a necessidade de utilizar os inventários para se obter uma visão global da sociedade, pelo menos daqueles que possuíam alguma fortuna, pequena que fosse.

O levantamento feito em Paris por Adeline Daumard atingiu cifras quantitativas cujas proporções variavam bastante de ano para ano, quando se estabeleceu o cruzamento entre inventários e óbitos da população, para fins de controle estatístico. Alcançou-se uma média geral

em torno de 9,7 %, veja tabela 2 que segue para efeito comparativo. Kátia Mattoso, examinando a sociedade baiana do século XIX, atingiu a cifra de 5,3 %.⁷

Daumard chama a atenção do leitor leigo para o fato de que as repetições e liquidações de heranças fariam majorar os índices, e, no que diz respeito ao levantamento de óbitos, não foi possível eliminar as crianças do cômputo geral, para o estudo sobre Paris. Tal problema resultante da natureza da fonte certamente fez decrescer a relação quantidade de inventários/quantidade de óbitos, uma vez que os menores não puderam ser expurgados da amostra total de mortos.

Tabela 2 - Tabela comparativa para controle da metodologia.					
Paris		Bahia		Campinas	
Anos	%	Anos	%	Anos	%
1671	5,8	1855	5,5	1795	4,0
1715	7,9	1881	5,2	1800	8,0
1730	10,1			1805	10,3
1750	11,6			1810	2,4
1787	14,0			1815	14,3
Ano VIII	8,9			1820	6,8
				1825	22,5
Média geral	9,7		5,3		9,7

Fontes: A. Daumard, p. 61-2; Kátia Mattoso, p. 605, Dora I. P. da Costa, p. 93.

Este problema francês pode ser contornado na nossa pesquisa. Afortunadamente, os mapas de óbitos que aparecem no final de algumas listas de habitantes de Campinas foram formulados por classes de idades. Apenas nos anos de 1800 e 1824 apareceram as somas agregadas das mortes, indiferenciando crianças de adultos e de velhos. A solução encontrada então foi, para não superestimar o índice inventários/óbitos, aplicarmos a quantidade proporcional de mortes de adultos e velhos (E/D) para os anos que não apresentaram classes de idades. Desta maneira, contornamos satisfatoriamente o problema francês !

A quantificação proporcional da coleta dos espólios desta pesquisa atingiu a cifra média de 9,7%, semelhante à do estudo da profa. Daumard. Contudo a flutuação das proporções apresentou uma larga amplitude, variando de 2,4 a 22 inventariados para cada 100 pessoas que faleciam. Esta variação também esteve presente no estudo francês, e pode ser, no nosso caso, resultado de algumas epidemias, ou morte em ação por recrutamento militar, ou ainda, um problema de sub-registro presente nos mapas de óbitos, resultado de ausência na regularidade de informações obtidas pelo pároco de Campinas, ou ainda, o extravio de inventários.

Vale ressaltar que a taxa de óbitos focalizada, isto é, a coluna (E/D) na tabela 1, restringiu-se à população livre e adulta, acima de 30 anos, por presumirmos que muito dificilmente uma pessoa nos seus vinte e poucos anos teria falecido e deixado inventário, assim como escravos, por sua condição.

Estratégias de herança no processo de complexificação e diferenciação da estrutura social

⁷ Veja Adeline Daumard, *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*, São Paulo, Perspectiva, 1985, p. 61, 62. E Kátia Mattoso, *Bahia: Século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991, p. 605.

Nesta seção é nosso objetivo estudar o comportamento econômico das famílias livres que tinham riqueza suficiente para deixar inventários para seus sucessores. Tentaremos responder como elas, em conjunto, realizaram estratégias de transmissão de poder e riqueza em direção às gerações mais novas. Para tanto classificaremos os inventários a partir de grupos de fortunas e tamanho de plantéis. O objetivo desta estratégia de pesquisa é identificar se houve o crescimento dos patrimônios bruto e líquido, das legítimas, bem como da frequência da ocorrência de atitudes diferenciadas e redistributivas em relação às gerações mais novas, e analisar a composição da frequência das antecipações recebidas pelos filhos varões e genros.

Na tabela 3 abaixo segmentamos as fortunas a partir do critério referente ao tamanho de plantéis de escravos, com a intenção de dar conta da quantificação da *démarche* da estratificação social, bem como nuançá-la no conjunto dos estratos desta sociedade em foco. Esta forma de olhar os dados nos levará a enxergar possíveis mudanças na composição da hierarquia social. Paralelamente, associamos os valores dos patrimônios brutos dos espólios em libras esterlinas às faixas de tamanhos de plantéis. Esta opção de trabalharmos com uma moeda estável se deveu ao fato de estarmos atentos com a alta de preços que ocorreu na primeira metade do século XIX, uma vez que a análise do grau de concentração da riqueza constitui-se em elemento significativo. E, como estamos operando com uma amostragem de valores patrimoniais, selecionados serialmente, é plausível tirarmos algumas conclusões a respeito do grau da concentração e da distribuição de riqueza das famílias livres proprietárias que deixaram inventários no conjunto global da sociedade.

Para facilitar a leitura da tabela podemos compará-la à idéia de um bolo, que pode ter a forma comum redonda, ou retangular. O bolo inteiro representaria as somas globais que estão apresentadas na última linha intitulada “Totais” em moeda estável. As linhas intermediárias, entre os cabeçalhos e os totais, representam as fatias imaginárias do mesmo bolo. As colunas A contam a frequência absoluta, isto é, o número de casos que se enquadram dentro das condições referidas em tamanho de plantéis para os dois períodos. As colunas B apresentadas com sinal de porcentagem, traduzem em linguagem estatística, a frequência proporcional de casos. As colunas C descrevem os valores em libras e aludem a soma de todos os monte-mores dos períodos focalizados. E finalmente, as D, dizem respeito a participação por estrato no conjunto total da riqueza social. Estes índices indicam matizes do grau de concentração, e da distribuição da riqueza, bem como define contornos da complexificação da estrutura social.

Para percebermos possíveis mudanças impõe-se uma estratégia de periodização, e, deste modo, selecionamos para cada período um intervalo de 25 anos, ordenado da seguinte forma: chamamos de primeira geração as famílias que deixaram espólios entre 1795 e 1820, e de segunda, aquelas que estavam entre os anos de 1825-1850.

Tabela 3 – Faixas de tamanhos de plantéis e participação das fortunas de famílias na riqueza social, 1795-50								
Tamanhos de plantéis	1a. geração				2a. geração			
	F (A)	F (%) (B)	Valores em Libras (C)	% na riqueza social (D)	F (A)	F (%) (B)	Valores em Libras (C)	% na riqueza social (D)
>= 40	2	10,5	3.653,0	38,3	6	9,7	57.441,2	62,3
20 - 39	2	10,5	3.067,1	32,2	4	6,4	10.449,5	11,3
10 - 19	0	0	0	0	9	14,5	11.179,5	12,1
1 - 9	10	52,6	2.349,7	24,6	27	43,5	10.647,5	11,5
0	2	26,3	465,4	4,9	16	25,8	2.492,2	2,7
Totais	19	100	9.535,2	100	62	100	92.209,9	100

Fontes: Inventários *post-mortem* da amostragem temporal. F = frequência de inventários. Os valores em libras correspondem aos monte-mores. A 1a. geração corresponde ao período 1795-1820, e a 2a. geração a 1825-1850.

A divisão por faixas de tamanhos de plantéis seguiu parâmetros que nortearam o tema posse de escravos abordado pela historiografia. Alguns estudos enfatizaram o problema dos grandes e pequenos proprietários no Brasil. Tal é o caso de Campinas neste período focalizado, pois apresentou grandes e pequenos plantéis. Consideramos grandes plantéis aqueles que possuíam 40 ou mais escravos. Os pequenos estão na faixa entre 1 e 9. E, os proprietários médios, entre 10 e 39.⁸

Dividimos em 4 faixas de proprietários de escravos, e mais uma faixa, representando os não-proprietários.

Vamos ao exame da tabela e à apresentação dos resultados.

A primeira geração das famílias detentoras de fortunas nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX dividiam-se basicamente em grandes, médias e pequenas fortunas, como pudemos observar para os finais do século XVIII e começo de século XIX na tabela 3. O critério estabelecido para a coleta da amostragem não captou nenhum núcleo doméstico que possuísse 10 a 19 cativos durante a 1ª geração. Este quadro traduz, em linhas gerais, uma sociedade cuja hierarquia se apresentava pouco diversificada, a qual não produzia generosamente grupos intermediários de fortuna, tal como acontecerá na geração seguinte. Contudo, esta afirmação fica relativizada ao considerarmos a faixa de 20 a 39 como um grupo pertencente aos medianamente afortunados, presentes nesta região. Certamente tais domicílios devem ter existido enquanto realidade empírica, não obstante o procedimento de coleta não tenha podido captar.

Sem embargo da presença de traços estruturais terem permanecido em pleno vigor, ao contrastarmos a segunda geração com a primeira, percebemos que aquela produziu em maior quantidade grupos médios de fortunas que esta. Uma proporção de 10,5 a cada 100 unidades domésticas de porte médio esteve presente na primeira geração, enquanto na segunda, esta cifra dobrou para 20,9 (6,4 + 14,5), muito embora a participação deste grupo na riqueza global desta região tenha caído de 32,2% para 23,4%. Os grupos médios da sociedade campineira teve diminuída a sua participação no bolo da riqueza social, mas, por outro lado, teve acrescida a sua participação proporcional, como também tornou mais complexa e nuançada a estrutura social.

⁸ Cf. Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836*, Tese de Livre Docência, FFLCH, USP, 1974, p. 188-9. Há vários trabalhos que discutem posse de escravos em contextos diversos, veja: José Flávio Motta, “O Advento da Cafeicultura e a Estrutura da Posse de Escravos (Bananal, 1801-1829)”, *Est. Econ.*, v.21, n.3, p. 409-434, 1991, e sua tese de doutoramento, *Corpos Escravos, Vontades Livres. Estrutura da Posse de Cativos e Família Escrava em Núcleo Cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo, FEA/USP, 1990; Iraci del Nero da Costa e Nelson Nozoe, “Elementos de Estrutura de Posse de Escravos em Lorena, no Alvorecer do século XIX”, *Est. Econ.*, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio-ago. 1989; Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, “Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX”, *Est. Econ.*, v.13, n.1, jan.-abr. 1983, p. 211-221; Francisco V. Luna, *Posse de Escravos em Sorocaba (1778-1836)*. S. Paulo, IPE-USP, 1986, mimeo; Francisco V. Luna, “Areias: Posse de Escravos e Atividades Econômicas”, *Cadernos N.E.H.D.*, FEA/USP, 1995. Para Minas, Francisco Vidal Luna, “Estrutura de Posse de Escravos em Minas Gerais (1804)”, in Iraci del Nero da Costa (org.), *Brasil: História Econômica e Demográfica*, São Paulo, IPE, 1986. Do mesmo autor: “Ciclo de Vida e Posse de Escravos: Algumas relações entre cortes transversais e estudos longitudinais”, São Paulo, NEHD/FEA/USP, mimeo, 1997, e também seu estudo anterior: “Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos”, *História: Questões e Debates*, 4 (16): 121-127, 1983. Para o Paraná, Gutiérrez, Horácio, *Posse de Escravos no Paraná nas primeiras décadas do século XIX*, Comunicação apresentada no XVIII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Curitiba, 1985. Para várias regiões do Brasil, veja: Iraci de Nero da Costa, *Arraia Miúda*, 1992. MGSP Editores, 1992. Para região do recôncavo baiano : Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos*, p. 356-376; e para a região do agreste paraibano: Dora Isabel Paiva da Costa, *Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1992.

Do ponto de vista da concentração de riqueza, apesar da maior participação demográfica de grupos médios na região, este comportamento não traduziu uma maior participação dos setores médios no bolo da riqueza, pois os maiores proprietários (aqueles que tinham mais de 40 escravos) representaram uma décima parte da população e concentraram quase dois terços (62,3%) das fortunas na segunda geração, enquanto semelhante proporcionalidade deste estrato social na primeira geração deteve um pouco mais do que um terço (38,3%) da riqueza social, expressando que apesar da pequena diminuição da quantidade proporcional dos grandes proprietários, houve um enriquecimento dobrado neste grupo específico. Este enriquecimento expressa a maior presença de *plantations*, por um lado, e por outro, um crescimento do tamanho dos plantéis.

É notável que os donos de pequenos plantéis se representaram em menor proporção, havendo um decréscimo de 52,6 para 43,5 em cada 100 unidades domésticas de pequeno porte, e abocanharam uma fatia bem menor da riqueza social que a geração anterior, caindo de 24,6 % para 11,5 %.

Os não-proprietários de escravos permaneceram, do ponto de vista demográfico, proporcionalmente estáveis - 26,3 % e 25,8 % -, porém, abocanharam uma fatia ainda menor da riqueza social, caindo de 4,9 % para 2,7 % entre os dois períodos.⁹

Podemos concluir que os grupos donos de pequenos e médios plantéis assim como o não-proprietário de escravos tiveram uma participação menor no bolo da riqueza social, enquanto os grandes abocanharam uma maior fatia proporcional.

Que efeitos esta mudança na estrutura social teria em relação às políticas de transmissão da riqueza patrimonial e à eleição de seus sucessores? As análises agregadas fornecerão uma pista para uma visão de conjunto do comportamento social da sociedade local. Mais adiante procederemos a quantificação e a análise de atitudes e comportamentos por grupos geracionais, onde verificaremos o significado destas transformações.

Na tabela 4 abaixo quantificamos os valores médios dos patrimônios bruto, líquido e das legítimas pagas aos filhos herdeiros ao longo de duas gerações (55 anos). Para elaborar esta tabela transformamos em libras esterlinas todos os valores concernentes aos patrimônios bruto e líquido e às legítimas presentes nos inventários. Em seguida, fizemos a média simples dos valores em libras. Por último, examinamos em que medida se deu o crescimento em moeda estável.

Além do crescimento populacional de Campinas neste período, houve também crescimento da riqueza social inventariada por família proprietária, e por extensão, pode-se dizer *per capita*. Se tivéssemos escrutinado os valores em mil-réis, o crescimento das magnitudes nominais poderiam escamotear um movimento inflacionário em moeda brasileira, denotando um aparente crescimento. Ao deflacionarmos os valores para a moeda inglesa estável, e trabalhando com valores médios, foi possível perceber o aumento geral da riqueza pertencente àquelas famílias.

Tabela 4 - Valores Médios dos Patrimônios Bruto, Líquido e da Legítima entre duas gerações, 1795-50. (Em Libras Esterlinas)						
Itens	Patrimônio Bruto (Média)		Patrimônio Líquido (Média)		Legítima (Média)	
	Geração 1	Geração 2	Geração 1	Geração 2	Geração 1	Geração 2
Libras	501,8	1487,2	299,4	1197,4	67,2	133,4

⁹ É importante lembrar que estamos operando com uma fonte muito peculiar, os inventários *post-mortem*, cuja característica intrínseca fundamental diz respeito à posse de riqueza. Se imaginarmos que em torno de metade dos indivíduos naquela sociedade, no ano de 1829, se constituía em escravos, e que, praticamente, não detinham pecúlio algum, assim como outra parte significativa da população era livre e pobre, teremos a idéia do quanto a riqueza gerada estava concentrada.

Crescimento	quase 3 vezes		quase 4 vezes		quase 2 vezes	

Fontes: Inventários *post-mortem*, amostragem temporal. A geração 1 vai de 1795 a 1820. A geração 2 vai de 1825 a 1850.

Os valores médios do patrimônio bruto social cresceu quase 3 vezes no espaço de duas gerações, enquanto o patrimônio líquido social cresceu cerca de quase 4 vezes, e as legítimas, 2 vezes. Destes números podemos concluir que a riqueza líquida social, deduzidas todas as dívidas concernentes às trocas mercantis e dívidas em geral, cresceu mais do que a bruta, e a população inventariada ficou mais rica ainda, tornando os filhos e filhas herdeiras das fortunas, mais aptos a começarem a formação de novas famílias e suas unidades agrárias. É possível que este crescimento das legítimas pagas possa ter influenciado positivamente no surgimento de uma mentalidade otimista, encorajada e predisposta à constituição de novos núcleos domésticos nas chamadas áreas pioneiras (de fronteira). Os grupos sociais do Nordeste açucareiro que experimentaram um forte e rápido declínio de suas rendas, certamente não enfrentaram com o mesmo otimismo a formação de novas famílias. Esta última situação deve ter propiciado o surgimento de grupos de fortunas médias decadentes imbuídos de uma mentalidade marcada por um sentimento pessimista e fatalista nos estratos da elite. Do ponto de vista da organização dos domicílios, aquelas famílias de áreas de fronteira, inclinavam-se aos arranjos de tipo nuclear, solitário e no máximo, extensos do tipo ascendente, quando havia a presença de pai ou mãe viúvos do casal titular do domicílio. A propensão à formação de famílias extensas e múltiplas deve ter sido maior no Nordeste açucareiro, sem a vantagem comparativa da fronteira aberta.¹⁰ Este quadro decadente e desencorajador talvez explique - em parte - porque não ocorreu emigração de famílias do Nordeste com seus escravos para a região de terras virgens, no centro-sul do Brasil, como fizeram algumas famílias que conquistaram regiões de fronteira da América do Norte.¹¹ As estratégias de herança e partilha nos grupos de riqueza declinante devem ter se diferenciado das dos grupos que estavam em processo de enriquecimento.

Em seguida, discutiremos sobre como as famílias desenvolviam suas estratégias de transmissão de herança. Para tanto, descreveremos como os processos de inventários *post-mortem* eram organizados para que o leitor possa entender os conceitos presentes naquele tipo de documentação.

¹⁰ Apesar do trabalho *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 17ª. edição, de Gilberto Freyre ser encarado por estudiosos recentes da família como uma visão ideológica e arquetípica, deve se entender que a formação de famílias de elite do Nordeste açucareiro tinha problemas diversos daquelas de áreas de fronteira. Fatores como a alta pressão de recursos fundiários e a queda das rendas auferidas podem em certa medida ter favorecido a formação de famílias complexas. Contudo, faz-se necessário mais pesquisas de base empírica sólida para o exame de tais hipóteses. Para um balanço da historiografia sobre família veja, Eni de Mesquita Samara, "A História da Família no Brasil", *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, set. 1988- fev.89, p. 7-35; da mesma autora, "Tendências Atuais da História da Família no Brasil", *Pensando a Família no Brasil*. Rio: Espaço e Tempo, 1987. Veja também, Angela Mendes de Almeida, "Notas sobre a Família no Brasil", in Almeida, Carneiro e Paula (org.), *Pensando a Família no Brasil. Da Colônia a Modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRJ, 1987, p. 53-66. Marisa Correa, "Repensando a Família Patriarcal no Brasil", in *Colcha de Retalhos*, Campinas, Unicamp, 1994, 3a. ed., p. 15-42 (a 1a. edição é de 1981). Para problematização das noções de família e patriarcalismo, veja, Eni de Mesquita Samara e Dora Isabel Paiva da Costa, "Family, Patriarchalism, and Social Change in Brazil", *Latin American Research Review*, v. 32, n.1, 1996, p. 212-225. Para a análise de estrutura de família, cf. também: Dora I. P. da Costa, "Arranjos Domésticos e Estratégias de Convivência na Formação das Plantações das Plantations, São Paulo, 1798-1829", *Annals of Seminar on Changes and Continuity in American Demographic Behaviours: The Five Centuries' Experience*, Córdoba, IUSSP, 1998, p. 1-16.

¹¹ Veja a discussão sobre tráfico de escravos em Fogel e Engerman, *Time on the Cross*, vol. I, p. 48, vol. II, p. 53.

Após a nomeação e qualificação dos filhos herdeiros são listados todos os bens do casal. Em seguida, em geral, mas nem sempre nesta ordem, vem as dívidas ativas e passivas. Os inventariantes então declaravam nesta fase as colações e os adiantamentos de legítimas que se constituíam em posse antecipada dos bens. Numa quarta etapa, os orçamentos sintetizavam a riqueza do casal em ítems: o monte-mor significava o valor final de todos os elementos ativos e passivos; o monte-menor, a parte líquida, debitadas as custas processuais, as dívidas passivas, os gastos com medicamentos, cirurgião, funeral, missas, esmolos e vintenias. Do monte-menor ou partível era subtraída a meação e a parte dos herdeiros descendentes. Subtraía-se da parte pertencente aos herdeiros o que correspondia à terça que nunca saía da meação, deixando o cônjuge sobrevivente em posição fortalecida.¹² Os dois terços restantes eram fracionados entre os herdeiros dos quais resultavam na figura legal típica do direito romano - as legítimas -, que correspondiam ao quinhão de cada herdeiro. Quando não havia cônjuge vivo, a terça era amiúde dividida igualmente entre os filhos, ou destinada a alguns netos, sobrinhos, afilhados, ou obras de caridade. Do ponto de vista da letra da lei, os herdeiros receberiam partes iguais, salvo quando se dava o recebimento da terça quando o herdeiro favorecido somava à sua legítima.

A figura legal da terça se constituía na fração correspondente ao limite máximo possível através do qual o defunto, ainda em vida, podia exercitar a doação de forma diferenciada, em testamento.¹³ Ela se constituía em um dos mecanismos legais através dos quais as gerações veteranas podiam lançar mão para praticarem estratégias que escapassem à tendência igualitária do direito romano base do português. A partir dela é possível medir a predisposição de comportamentos em relação à diferenciação de estratégias e da eleição de sucessores que iriam controlar parte da riqueza nas famílias.

As proporções nominais das legítimas recebidas pelos herdeiros não variavam, e sim a sua composição interna. Alguns filhos recebiam mais escravos do que outros, ou ainda, mais dinheiro, ou mesmo terras, e tal diferença era compensada pela presença de outros tipos de bens como animais, jóias, ferramentas, dinheiro, etc., ou ainda por promessas de pagamento futuro.

Outro mecanismo presente neste tipo de documentação é aquele que designa-se meio-dotes (sempre referidos nas colações) e a posse efetiva. Esta última forma de acesso permitia aos herdeiros usufruírem de parte de seus bens, e se dava, via de regra, ainda num período anterior à fase de início do inventário, e ao que tudo indica, mesmo num período anterior à morte de um dos pais.¹⁴

Optamos por denominar antecipações às práticas que envolvem os meio-dotes, as terças e as posses efetivas uma vez que em muitos inventários aparecem quantias vultuosas de dinheiro que foram “emprestadas” aos herdeiros e não havia nenhuma menção explícita no documento que designasse um adiantamento de legítima como ocorria, geralmente, nos casos das colações referentes aos meio-dotes. Esta designação se constitui portanto num conceito operacional usado pelo pesquisador no sentido de poder visualizarmos as diferenças nas práticas sociais. Os adiantamentos eram referidos pela linguagem jurídica quando os dotes eram entregues aos herdeiros. As antecipações compreendem não só um instituto legal – os dotes - como também as práticas que às vezes escapavam à forma e à abstração da lei, tais como os “empréstimos” e a “posse efetiva”. Em inúmeros inventários encontramos nos títulos “declarações do inventariante”

¹² Cf. Como se dá o mecanismo de subtração da terça parte, Inventário de Antonio de Godoi Lima, 1845, cx. 108, processo 2530; Inventário de Anna Francisca Cardozo de Andrade, 1845, cx.109, processo 2542. Veja também o Livro Quarto, título LXV, das *Ordenações Filipinas*, p. 868.

¹³ Cf. Alida C. Metcalf, “Fathers and Sons: The Politics of Inheritance in a Colonial Brazilian Township”, *Hispanic American Historical Review*, v. 66, n. 3, p. 471,472, 1986, apontou que por volta de fins do século XVIII os juízes teriam exercido maior controle sobre a divisão e teriam sido instruídos a não permitirem que quinhões maiores aos correspondentes da terça parte fossem doados às filhas.

¹⁴ Veja por exemplo o inventário de D. Paula Joaquina de Andrade, Caixa 51, processo 1.322, ano 1830.

que uma parte dos bens do casal estava na posse efetiva de alguns filhos, sem necessariamente entrar na rubrica legal meio-dote ou colação.¹⁵

A tabela 5 abaixo tem o objetivo de demonstrar que, conforme nossa assertiva anterior, num contexto de crescimento da riqueza média social dos mais afortunados, a tendência apresentada no conjunto geral da documentação foi o aumento da prática social de estratégias diferenciadas de transmissão de riqueza.

Tabela 5 – Frequência das ocorrências de atitudes que diferenciavam e redistribuíam as fortunas em relação aos herdeiros entre duas gerações, 1795-1850						
Gerações	Terças			Antecipações		
	(N)	inv. exist.	(%)	(N)	inv. exist.	(%)
1	2	19	10,5	7	19	36,8
2	13	62	21	32	62	51,6

Fontes: inventários *post-mortem*, amostragem temporal. Geração 1 corresponde ao período 1795-1820, a geração 2, ao período 1825-1850. (N) diz respeito à quantidade de inventários da amostra selecionada que apresentou atitudes diferenciadoras; inv. exist. são todos os inventários existentes para aqueles anos referidos.

Escrutinamos as menções relativas às terças e às antecipações (tal qual definidas acima) e percebemos que a predisposição em diferenciar herdeiros pode ser notada entre a primeira e segunda geração, pois a frequência para dispor da terça pulou de 10,5 para 21, e, em distribuir a riqueza através de antecipações, pulou de 36,8 para 51,6 inventários em cada 100. Esta última atitude significou que uma proporção cada vez maior de famílias passou a dispor de parte das fortunas de forma antecipada. Estes dados nos indicam que uma proporção cada vez maior de “empréstimos”¹⁶ em dinheiro aos herdeiros estava se realizando, assim como os dotes compostos por cativos e outros bens. Esta transferência de riqueza deveu-se à ampliação da estrutura produtiva da economia agro-exportadora que gerou um aumento da concentração da riqueza através do aumento do grau de comercialização.¹⁷

Observamos através destas relações proporcionais que uma parcela da sociedade optou por exercitar cada vez mais a estratégia de praticar a sucessão diferenciada do que partilhar igualmente os patrimônios, se analisamos do ponto de vista da frequência de atitudes registradas na documentação compulsada. De igual modo é plausível pensar em termos de redistribuição de parte da riqueza social em direção às gerações proprietárias mais jovens. Segue daí que ao observarmos que parte da riqueza metamorfoseada em ativos móveis se, por um lado, pode ter favorecido a realização de uma maior rapidez na circulação desta, por outro, pode ter proporcionado um aumento no grau de redistribuição da mesma entre diferentes grupos etários do mesmo segmento social. Vale aqui ressaltar que apenas parte da riqueza familiar passava

¹⁵ Cf. O estudo recente de Marina Maluf, *Ruídos da Memória*, São Paulo, Siciliano, 1995, no qual trabalhando com depoimentos orais e cartas de famílias reconstitui em parte a saga das mulheres que acompanharam seus maridos em direção da fronteira no sentido de abrir novas fazendas. A autora comenta a respeito dos “adiantamentos de legítimas”. Veja especialmente a parte III intitulada A Roda da Fortuna.

¹⁶ Utilizamos o vocábulo “empréstimo” uma vez que o mesmo era assim percebido pelos agentes coevos na documentação consultada, muito embora esteja incorreto do ponto de vista jurídico atual, pois a rigor não se tratava de empréstimo e sim de antecipação de parte da fortuna.

¹⁷ A ampliação do grau de comercialização é identificado através do aumento da presença de grandes plantéis de escravos de uma geração à outra. Veja a tabela 2. Para maiores detalhes sobre a evolução da posse de escravos, veja o capítulo 3 intitulado “Posse de escravos, estrutura social e formação de plantations” da tese de doutoramento, Costa, Dora I. P. da, *op. cit.*, 1997, p. 60-84.

integralmente ao controle dos filhos e filhas mais velhos, e que, a outra parte ficava na maioria das vezes sob controle do cônjuge sobrevivente, quando ainda havia filhos menores.¹⁸

Veremos mais a frente, na tabela 6, que aumentou a proporção da riqueza social investida na formação de novas famílias de um período para outro, quando medimos as proporções de terças e antecipações transferidas.

É necessário destacar que o escrutínio relativo à prática das antecipações se deu por inventário, isto é, foi observado se em cada inventário havia ou não a menção de tal prática, a qual foi contabilizada apenas uma vez, e não várias, mesmo quando havia muitas antecipações a diversos herdeiros no mesmo documento.

Na tabela 6 abaixo, analisaremos as participações de itens tais como patrimônio líquido, terças e antecipações no bolo total da riqueza social escrutinada a partir de intervalos regulares, segmentando tendências de comportamento coletivo entre duas gerações, num contexto de expansão demográfica e econômica.

Tabela 6 – Divisão proporcional da riqueza por itens nos Inventários, 1795-50. (Em libra esterlina e porcentagem)				
Gerações	Patrimônio Bruto	Patrimônio Líquido	Terças	Antecipações
1	9.235,49	5.689,18	192,71	394,71
1	100 %	62 %	2,1%	4,3%
2	72.715,50	57.878,55	5.598,67	2.619,23
2	100 %	79,5 %	7,7%	3,6%

Fontes: Inventários *post-mortem*, amostragem temporal. A geração 1 corresponde ao período 1795-1820, e a 2, ao período 1825-50.

Queremos chamar a atenção do leitor para o conceito de patrimônio líquido social com o objetivo de analisar atitudes coletivas.

A soma de todos os patrimônios líquidos desta sociedade representava parte do patrimônio bruto deduzido todo o passivo social, isto é, aquilo que a sociedade representava como dívidas a pagar. A riqueza líquida agregada descontada as dívidas aumentou de 62% para 79,5% em relação à riqueza bruta do período. As somas das terças com as antecipações mostram que houve um incremento de 6,4 % para 11,3 % na proporção do patrimônio social que estava sob controle direto dos filhos. Este resultado indica que uma maior proporção da riqueza social estava sob o controle das novas gerações. Estes resultados corroboram as tendências das tabelas 4 e 5.

A frequência de moças dotalizadas por ocasião de seus casamentos era alta na elite paulistana. Os rapazes também recebiam dotes, mas numa frequência e numa proporção bem menor. Os dotes podem ser interpretados como antecipações de riqueza, nos quais parte da fortuna passava para o controle da geração mais nova antes mesmo do falecimento de um dos cônjuges. Por ocasião da abertura dos inventários, a metade dos valores dos dotes retornava à colação de seu quinhão respectivo para que a partilha fosse realizada através da legítima, se um dos cônjuges tivesse falecido. Se fossem os dois, o valor total retornaria à colação. Poucas vezes pudemos observar reavaliações do valor dos bens antecipados em dotes, significando que numa conjuntura de inflação da moeda, os herdeiros dotalizados por antecipações saíam ganhando comparativamente aos outros que tivessem sido apenas contemplados com as semelhanças nominais das futuras legítimas.

¹⁸ Cf. A discussão a respeito do ciclo de vida do indivíduo e da família em relação à questão da transmissão de bens, veja especialmente os capítulos 5 e 6 da nossa tese de doutoramento, *op. cit.*, p. 127-212, 1997.

A situação de redistribuição de riqueza familiar tem um significado importante, do ponto de vista da história social e econômica, pois é plausível afirmar que uma parte nada desprezível das fortunas, numa conjuntura de crescimento econômico e diversificação da hierarquia social, era repassada para o controle da geração mais nova. De certa maneira, este mecanismo de antecipações compensava o retardamento da transmissão de bens que o sistema de herança baseado em legítimas proporcionava.

Vários autores que têm pesquisado a transmissão de bens no Brasil colonial apontaram os seguintes mecanismos que possibilitaram a transmissão de bens nas famílias proprietárias. Eram eles: as meações, os dotes, as terças e as legítimas.¹⁹ Elizabeth Kuznesof, interpretando o declínio dos dotes apontado por Nazzari, argumentou que “as filhas (os genros) eram obrigados a esperar junto com seus irmãos pela morte de seus pais para receber a herança”.²⁰ Este modelo apontado por estes autores acima não traduz a complexidade do conjunto das práticas sociais, em especial das famílias proprietárias num contexto de expansão econômica, pois, como demonstramos as antecipações se constituíram em mecanismo importante no processo sucessório.

Como vimos acima o quadro sucessorial foi muito mais complexo, a frequência de ocorrências das antecipações dobrou da primeira para a segunda geração em Campinas na primeira metade do século XIX, e um número proporcional maior de famílias estava participando ativamente desta política de redistribuição da riqueza.

Na tabela 7 abaixo quantificamos as composições das antecipações recebidas tanto pelos genros (através das filhas) quanto pelos filhos varões. Identificamos os filhos varões como aqueles que apareceram qualificados como herdeiros nos inventários *post-mortem*, e como genros, os co-herdeiros igualmente qualificados quando o casal possuía filhas casadas. Com esta metodologia queremos saber quem recebeu proporcionalmente mais terras, escravos e/ou dinheiro. Sheila Faria encontrou para a Capitania de Paraíba do Sul que os dotes concedidos às noivas constituíam-se na sua maioria de terras, escravos e bens de uso pessoal e, raras vezes, em dinheiro.²¹ Em Campinas, quando escrutinamos as ocorrências havidas aos filhos varões e genros, obtivemos as seguintes proporções de frequência em ordem de importância: primeiro apareciam os escravos, depois o dinheiro em moeda, e por último, as terras.

Tabela 7 - Composição e frequência das ocorrências de antecipações recebidas pelos filhos varões e genros (filhas)			
Sucessores	Escravos %	Dinheiro %	Terras %
filhos varões	97	57	2,8
genros	22	46	4,8

Fontes: Inventários *post-mortem*. Metodologia: escrutinamos 98 ocorrências para filhos varões e 92 para os genros.

Noventa e sete por cento (97%) das ocorrências de antecipações compostas por escravos eram destinadas aos filhos varões, enquanto apenas 22% destas eram destinadas às filhas através dos genros. Este índice não nos parece alarmante pois nos casamentos preferenciais realizados na

¹⁹ Cf. Nazzari, *op.cit.* 1991; Alida C. Metcalf, *op.cit.*, p. 455-484, 1986; Bacellar, *op. cit.*, 1991, p. 75 e 80; Maria Luíza Marcílio, *op.cit.*, 1986; e Sheila Siqueira de Castro Faria, *op.cit.*, 1994.

²⁰ Cf. Elizabeth Kuznesof, “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)”, *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, set.88/fev.89, p. 56, onde enfatiza traços de permanências.

²¹ Cf. Sheila Faria, *op. cit.*, 1994, p. 128.

elite os filhos varões que se constituíam em futuros genros saíam de casa com grandes dotes em escravos. Isto significa que na condição de genros recebiam menos escravos do que na de filhos. Ou seja, parte da riqueza móvel destinava-se em maior proporção aos filhos empreendedores que iriam conquistar as fronteiras virgens e abrir novas fazendas. A outra parte da riqueza imóvel, isto é, as terras eram em maior proporção destinadas às filhas cuja fortuna era controlada pelo genro, uma vez que se tratava de uma sociedade patriarcal.

Quando a composição da herança era havida em dinheiro, 57% das ocorrências se destinaram aos homens na condição de filhos varões, enquanto 46% delas eram destinados àqueles que ocupavam a condição de genros. Isto significa que quando parte da riqueza era constituída por ativos monetários, a geração veterana procurava dividir de forma mais igualitária o patrimônio.

Quando a antecipação era composta por terras, os homens na condição de genros quase receberam o dobro (4,8%) em relação àqueles que estavam na condição de filho varão (2,8%). Estes resultados relativos às composições das antecipações havidas em escravos e em dinheiro configuram uma situação na qual enquanto filhos os homens eram mais favorecidos em escravos e dinheiro (riqueza móvel) no processo de transmissão de bens do que quando alçavam a posição de genros, uma vez que nesta última condição recebiam uma proporção dobrada de riqueza imobilizada.

Na Capitania de Paraíba do Sul, Sheila Faria encontrou uma composição dos dotes constituída em primeiro lugar por terras, depois por escravos e, por último, por bens pessoais.²² Este resultado pode significar que esta região possuía uma posição diferenciada da de Campinas do ponto de vista econômico. A pouca freqüência da transferência de ativos monetários aos herdeiros pode significar um menor grau de mercantilização.

Quando uma maior proporção de ocorrências realizadas estavam vinculadas aos ativos móveis, estas relacionavam-se à prole masculina a qual poderia empreender a expansão do fundo parental comum, e através do qual circulava o capital material das famílias. A outra parte das ocorrências efetivadas estavam vinculadas à prole feminina via genros, nas quais estavam presentes uma maior proporção de terras e uma menor proporção relativa de ativos móveis. Portanto, havia uma tendência na qual a face dinâmica e móvel da política de sucessão das famílias era dirigida em maior proporção aos filhos varões do que aos genros que ficavam com as unidades produtivas localizadas na região de povoamento mais antigo.²³

Contudo, mais pesquisas de base empírica são necessárias para termos um quadro mais completo de possíveis variáveis sócio-econômicas e culturais que influenciaram a composição das antecipações e dotes no momento de formação das famílias.

O papel do ciclo de desenvolvimento familiar e as antecipações de herança

Agora veremos como o desenvolvimento do ciclo de vida familiar e do ciclo de vida do indivíduo membro do grupo familiar possibilitou a transferência antecipada da riqueza entre as diversas gerações, para tanto selecionaremos alguns inventários que as declararam. O objetivo desta seção é demonstrar a articulação das fases do desenvolvimento familiar com as formas de antecipações.

²² Cf. Sheila Faria, *op. cit.*, p. 128.

²³ Sobre a sucessão matrilinear e a emigração de filhos varões em Santana do Parnaíba, na São Paulo colonial, veja: Alida C. Metcalf, *op. cit.*, 1986, p. 473-476; este problema também é tratado em seu estudo comparativo entre Brasil e Portugal: Alida C. Metcalf & Caroline B. Brettell, "Family Customs in Portugal and Brazil: Transatlantic parallels", *Continuity and Change*, v. 8, n.3, 1993, p. 365-388. Sobre a visão patri e matrilinear, cf. Dora I. P. da Costa - "A Formação da Liderança de Família na Fronteira e as Estratégias de Herança nos Estratos Superiores da Elite, Campinas, primeira metade do século XIX", *Comunicação apresentada no IV Congresso da Brasa - Brazilian Studies Association*, 1997, Washington, DC, USA.

O conceito desenvolvimento do ciclo da vida familiar estabelece diversas fases: 1) a pré-parental, quando um chefe de domicílio assumia a condução de seu fogo antes do matrimônio, como foi o caso de alguns herdeiros varões do capitão-mor Floriano Camargo Penteado²⁴; 2) a parental, que é vivenciada de forma biparental, isto é, a através da titularidade dos dois cônjuges à frente do domicílio; 3) a monoparental, constitui-se naquela em que um dos cônjuges já faleceu²⁵; 4) a última fase, a pós-parental na qual nenhum dos cônjuges formadores da família apresenta-se vivo.²⁶

No inventário de D. Paula Joaquina de Andrade, esposa do capitão-mor Floriano Camargo Penteado, em “declarações do inventariante”, o herdeiro Francisco José de Camargo e Andrade, 31 anos, recebeu uma antecipação em dinheiro correspondente a um conto de réis. O co-herdeiro Jozé de Campos recebeu um conto e oitocentos mil réis, cuja composição era formada por 4 escravos, e seiscentos mil réis em dinheiro. Eleziário de Camargo e Andrade, 36 anos, recebeu uma antecipação de um conto e seiscentos mil réis, composta de 4 escravos. Antonio Francisco recebeu 4 escravos no valor de um conto e quatrocentos e cincoenta mil réis. José, 30 anos, recebeu também 4 escravos, porém num valor menor, de um conto e cincoenta mil réis. Álvaro, 29 anos, recebeu 2 escravos no valor de setecentos e cincoenta mil réis, e Francisco, oitocentos mil réis. O inventariante declarou na ocasião, que estes bens já estavam em poder dos filhos herdeiros. A proporção total antecipada foi de 3:289.245 réis em relação a 139:671.391 réis, algo em torno de 2,3 % do patrimônio líquido.²⁷

No inventário de Anna Francisca Cardozo de Andrade, aparecem várias vezes antecipações a herdeiros filhos e netos sob forma de dinheiro emprestado que retorna à partilha para colação sob forma “dinheiro que deve à herança”, ou “dinheiro que tomou emprestado”. A proporção antecipada chegou a 2:815.550 réis de um montante de 32:967.120 réis, a qual chegou a representar 8,5 % do patrimônio líquido.²⁸

No inventário de Anna Joaquina de Souza, a proporção de antecipações efetuadas aos herdeiros e co-herdeiros chegou a 3:271.732 réis para um patrimônio líquido avaliado em 4:805.475 réis, representando uma antecipação de 68%.²⁹

As disparidades entre as grandezas de antecipações dos bens entre o primeiro, o segundo, e o terceiro caso podem ser entendidas, em parte, pela fase pela qual estava passando o ciclo familiar, pelo número de herdeiros sucessores e pelo montante da fortuna. No último caso, a fase pós-parental juntamente com um montante não muito alto possibilitou que duas terças partes da fortuna já estivessem sob o controle direto dos herdeiros, pois o casal já tinha falecido e um filho administrava os bens da família. No primeiro caso, muito embora o montante do valor da fortuna patrimonial fosse alto, foi a fase monoparental que possibilitou uma menor proporção antecipada, uma vez que metade dos bens ficou na posse do cônjuge sobrevivente.

O segundo caso parece ser um bom exemplo para contraponto entre o primeiro e o terceiro. Apesar do ciclo de desenvolvimento familiar vivenciar a fase pós-parental, o valor alto do

²⁴ Veja o capítulo 5 de nossa tese de doutoramento, *Herança e Ciclo de Vida: Um estudo sobre Família e População, Campinas, São Paulo, 1765-1850*. Niterói, UFF/ICHF, 1997.

²⁵ Também podem ser consideradas famílias monoparentais aquelas que eram chefiadas por mulheres ou homens solteiros que apresentavam ou não prole. Cf. Dora I.P. da Costa - "As mulheres Chefes de Domicílios e a Formação de Famílias Monoparentais: Campinas, São Paulo, 1829". *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, "População : Globalização e Exclusão Social"*, Caxambu, 1998, p. 1145-1179.

²⁶ Cf. O conceito relativo às fases de desenvolvimento familiar foi expandido por nós, para fins de análise de transmissão de bens. Cf.: Costa, Dora I. P. da, *op. cit.*, 1997. Veja seu uso original para fins de análise de demografia histórica *strictu sensu* em Yves Landry & Jacques Légaré, "The life course of seventeenth-century immigrants to Canada", *Journal of Family History*, v.12, n. 1-3, 1987, p.201-212.

²⁷ Inventário de D. Paulo Joaquina de Andrade, ano 1830, caixa 51, processo 1.322.

²⁸ Inventário de Anna Francisca Cardozo de Andrade, ano 1845, caixa 109, processo 2.542.

²⁹ Inventário de Anna Joaquina de Souza, ano 1850, caixa 124, processo 2.806.

patrimônio, em torno dos 33 contos de réis e um plantel de 38 escravos, possibilitou que a parte antecipada representasse a pequena parcela de 8% do total.

As proporções das antecipações têm relação direta com a abertura do inventário numa determinada fase do ciclo de desenvolvimento da família e da fase individual de cada membro da prole, isto é, a interseção entre a fase familiar e as variáveis relativas aos seus membros, quais sejam, a idade, o sexo e o estado marital da prole se constituem em aspectos importantes para análise. Devem ser levados em consideração também o nível de fortuna e o tamanho da prole em estado de emancipação ou não. Estas categorias de análise têm um papel fundamental no sentido de romper com as interpretações baseadas na letra da lei.³⁰

Nas faixas de fortunas modestas as antecipações eram compostas por um bom cavalo, ou um escravo, ou ainda os dois juntos, uma vez que andar a cavalo (não à pé) e não labutar eram símbolos de poder e diferenciação numa sociedade na qual vivia-se a plenitude da escravidão. A possibilidade de adquirir terras livres e incultas através de diversos mecanismos tais como posse, sesmária, compra ou herança influenciaram diretamente a condução do partilhamento e das antecipações de herança. Assim, os filhos de famílias poderosas detentoras de grandes propriedades de terras, adquiriam sesmarias ou simplesmente tomavam posse de terras na fronteira virgem com a ajuda de parte do patrimônio de seus pais, como por exemplo, o apoio de um plantel de escravos. E, por ocasião do falecimento de um deles, parte do valor desta posse antecipada retornava ascendentemente ao fundo parental comum para colação, e a outra parte era incluída enquanto valor no quinhão correspondente àquele filho desbravador das novas terras. Desta maneira, as antecipações além de ter o papel de redistribuir parte da riqueza entre diferentes gerações, também possibilitava a expansão do fundo parental comum da família de origem, além de dar acesso de forma antecipada aos bens da herança.

Considerações Finais

Neste artigo demonstramos que a estrutura social de Campinas entre os anos 1795 e 1850 se tornou mais complexa e que a riqueza social ficou mais concentrada do ponto de vista proporcional entre as duas gerações focalizadas. A riqueza bruta e líquida assim como as legítimas tiveram um incremento substancial quando as medimos em moeda estável. O resultado deste enriquecimento promoveu um aumento da frequência proporcional das antecipações, e, na análise da sua composição, os filhos varões receberam uma maior proporção de escravos e dinheiro do que quando assumiam a condição de genros. Nesta última condição, eles receberam uma maior proporção de terras do que bens móveis (escravos e dinheiro).

O crescimento da agricultura comercial indicado pelo incremento da presença dos grandes plantéis e do aumento da concentração de riqueza possibilitou a complexificação da estrutura social e econômica. Além disto a formação de famílias proprietárias em áreas próximas a fronteira virgem foi beneficiada pela prática das antecipações, resultado do aumento proporcional da riqueza em ativos móveis.

Concluindo, procuramos demonstrar que :

³⁰ Cf. O estudo sobre a Capitania de Paraíba do Sul, Sheila Siqueira de Castro Faria, *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, século XVIII)*, Niterói, UFF, tese de doutoramento, 1994. Especialmente Capítulo IV, seção 4, p. 194-207. Veja a ênfase na interpretação legalista da autora em relação à legislação de heranças: “As determinações legais portuguesas, vigentes na colônia brasileira sobre a herança, estabeleciam distribuições igualitárias entre os herdeiros, independente do sexo. Assim heranças paterna e materna dividiam-se entre todos os filhos, não havendo privilégios de idade ou sexo.” p. 195-6. Cf. também: Kuznesof, *op.cit.*, 1988/89. Para uma visão problematizadora destas interpretações, cf. Dora I. P. da Costa, Comunicação apresentada na IV Congresso da Brasa - Brazilian Studies Association, *A Formação da Liderança de Família na Fronteira ...*, 1997.

1) houve um enriquecimento e concentração da riqueza no grupo dos grandes proprietários agrícolas;

2) tal enriquecimento possibilitou o incremento proporcional de transferências de riqueza entre as gerações;

3) as antecipações através das legítimas tiveram um papel importante na articulação do ciclo de desenvolvimento familiar ao ciclo de vida dos indivíduos membros das famílias, no momento de enriquecimento, e da presença da fronteira aberta a oeste. Estes fatores exerceram um papel fundamental no sentido de possibilitar às famílias o rompimento da camisa de força que a legislação preconizava.

Tais práticas sociais têm um papel importante do ponto de vista da reprodução dos grupos sociais, pois além de possibilitar uma abertura para um novo enfoque sobre os estudos relativos ao tempo diferenciado da constituição de novas famílias, também coloca novos elementos para o estudo da reprodução social dos sistemas agrários e do crescimento econômico geral da região focalizada.

MECANISMOS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA E FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS EM ÁREA DE FRONTEIRA: CAMPINAS, 1795-1850.

Dra. Dora Isabel Paiva da Costa

METODOLOGIA E REPRESENTATIVIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

ESTRATÉGIAS DE HERANÇA NO PROCESSO DE COMPLEXIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

O PAPEL DO CICLO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR E AS ANTECIPAÇÕES DE HERANÇA

Considerações Finais